

Resenha bibliográfica*

Book review

Thiago Fontelas Gambi**

ALMICO, Rita de Cássia da Silva; PEREIRA, Walter Luiz (Orgs.). *História Econômica do Brasil Império*. Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil. São Paulo, Niterói: Hucitec, EdUFF, 2022.

Mapa e bússola

Coleções

O volume *História Econômica do Império*, organizado por Rita Almico e Walter Pereira, é parte da coleção *Novos Estudos em História Econômica*, concebida e concretizada por Luiz Fernando Saraiva, e publicada pela ABPHE em parceria com a Hucitec e a EdUFF. Uma das propostas dessa coleção é repassar o estado atual dos estudos na área de história econômica no Brasil vinte anos depois do lançamento de uma primeira coleção publicada pela ABPHE, Hucitec, EdUSP e Imprensa Oficial de São Paulo, por iniciativa de Tamás Szmrecsányi.

A primeira coleção reuniu trabalhos apresentados no primeiro congresso realizado pela ABPHE, na USP, em 1993. Brotou, portanto, da costura feita pelos organizadores de diversas pesquisas sobre temas específicos e representativos da produção na área até aquela altura. Do congresso surgiu a coleção pioneira e nela também havia um volume dedicado à história econômica do Império, tornando incontornável a leitura deste livro à luz do anterior.

* Submissão: 01/12/2022 | Aprovação: 10/12/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v25i3.903

** ORCID: 0000-0002-8011-3544 | E-mail: thiago.fontelas@gmail.com



Em duas décadas, fomentado pela atuação da ABPHE e muitos de seus associados e associadas, pode-se dizer que o campo da história econômica no país se organizou e se desenvolveu significativamente. A coleção ‘Novos Estudos’ nasceu diferente da primeira, pois não se constituiu como resultado de trabalhos apresentados em congressos da ABPHE, mas como um conjunto de textos inéditos que buscaram fazer um balanço da historiografia econômica sobre o Brasil, especialmente a produzida nos últimos anos.

Temas

O volume sobre o Império, dividido em nove capítulos, passeia por temas clássicos da historiografia econômica sobre o Oitocentos, como a questão agrária, a demografia, o tráfico de escravizados, o crédito, os transportes, a urbanização, a transição da mão de obra cativa para a livre e a indústria. Além disso, incorpora novos objetos e novas preocupações com o capítulo sobre mulheres e gênero, e a discussão da questão racial no capítulo sobre a transição da mão de obra.

Os capítulos podem ser lidos, dependendo do objetivo do leitor, em sequência ou em módulos, pois, sem perder o fio da meada, mérito dos organizadores, cada capítulo pode ser lido como um todo, com começo, meio e fim. Por essa razão, o livro carrega a característica de uma obra de referência, destinado ao leitor desejoso de aprofundar conhecimentos sobre diversos aspectos do período imperial, ao especialista que visa atualizar-se nas produções mais recentes e, finalmente, aos pesquisadores e estudantes em busca de se situar diante do vasto repertório historiográfico existente para cada um dos temas do volume.

Tudo isso revela a utilidade do livro tanto para o leitor em geral, interessado no Oitocentos, quanto para pesquisadores e estudantes em diferentes níveis. Como dizem os organizadores na apresentação, é um livro para ser lido e relido.

Capítulos

Embora os organizadores não tenham explicitado os critérios utilizados para ordenar os capítulos, é possível perceber que, no conjunto, os temas acompanham a complexificação econômica do país ao longo do século XIX, talvez por isso o início com terra e agricultura, demografia e tráfico, seguido de crédito, transporte e urbanização, e, finalmente, indústria, transição da

mão de obra e gênero. É uma lógica que justificaria a leitura dos capítulos em sequência.

A questão agrária muitas vezes se associa mais ao campo da história social do que econômica. Entretanto, como afirma *Ciro Cardoso*, citado pelas autoras do capítulo sobre a terra e a agricultura, *Elione Guimarães* e *Vitória Schettini*, estudos de história agrária sobre temas como a propriedade, a posse, os conflitos e a exploração da terra fundamentam-se, principalmente, na história econômica. Se a afirmação justifica a presença do tema num livro desse campo, uma marcada distinção entre história econômica e social é matizada na revisão dos estudos sobre a história da terra e da agricultura no Império.

A periodização é a espinha dorsal do capítulo, cujo período inicial remonta aos primeiros cronistas e chega aos autores dos anos 1930 e 1960, considerados renovadores. O segundo período é caracterizado pela crítica da interpretação clássica de *Caio Prado Junior*, expressa no ‘sentido da colonização’, por autores dos anos 1970 e 1980. Finalmente, as autoras identificam a recente produção historiográfica, isto é, aquela produzida a partir de 1980.

O primeiro período se inicia, portanto, com cronistas vanguardistas, como *Pero Magalhães Gândavo* e *Antonil*, e também escritos de viajantes estrangeiros, como *Saint-Hilaire*. Segundo as autoras, seus relatos, bastante descritivos e impressionistas, colaboraram, ainda que marginalmente, para os estudos produzidos no século XIX. A criação do IHGB, em 1838, inaugura uma nova fase dentro desse período, cujos expoentes são, primeiro, *Varnhagen* e *Capistrano de Abreu*, e, depois, *Calógeras*, *Oliveira Viana* e *Euclides da Cunha*. Embora os estudos dessa segunda fase tenham representado um passo adiante em termos de rigor metodológico, na visão de *Francisco Iglésias*, foi a geração do período posterior, de 1930 a 1960, a promotora de um surto renovador na produção historiográfica.

Se os autores do século XIX e início do XX mantiveram-se fiéis à legitimação das oligarquias, a chamada geração de 30, com *Gilberto Freyre*, *Sérgio Buarque* e *Caio Prado*, como dizem as autoras, buscou na história a chave para a compreensão de um Brasil em transformação, de um lado, com o enfraquecimento da oligarquia cafeeira, e de outro, com a ascensão de novas forças políticas, a urbanização e a diversificação produtiva. Apesar de reconhecerem a contribuição dessa geração para a historiografia brasileira, as autoras atribuem uma natureza ensaística a essa produção, que contrastaria com os trabalhos dos *brasilianistas*, baseados em pesquisas empíricas, já na

década de 1960. Ao lado deles, mereceu destaque no período Emília Viotti da Costa.

Em meio a diversas contribuições para a historiografia brasileira e, em particular, da terra e da agricultura, segundo as autoras, afirmou-se no período a interpretação fundamentada no ‘sentido da colonização’. Tal afirmação justifica o recorte dos anos 1970 a 1980, apresentado como de renovação e crítica dessa interpretação.

A liderança da crítica é atribuída a Ciro Cardoso e Jacob Gorender, mas também a diversos estudos chamados de revisionistas produzidos em programas de pós-graduação. Paralelamente, ainda no âmbito da pós-graduação, surgiram os estudos regionais aos quais as autoras atribuem o papel de renovadores do campo, com destaque para os trabalhos de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. Esses autores também abrem o período pós-1980 com a indicação de novas fontes e novos problemas de pesquisa no campo da história agrária que, segundo as autoras, se delineia efetiva e tardiamente no Brasil nessa época.

A partir daí, surge uma extensa produção sobre o mundo rural, com autores como Hebe Mattos, João Fragoso e Márcia Motta, e pesquisas regionais sobre São Paulo, Minas Gerais, a zona da mata mineira, as regiões Norte e Nordeste. Nesta última parte, as autoras apresentam a produção mais recente no campo da história agrária e regional, indicando seu crescimento nas últimas décadas, certamente associado ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação no país, mas advertem para a necessidade de mais estudos de caráter regional.

Se o primeiro capítulo do volume trata da terra, o segundo se ocupa das pessoas que nela viveram ao abordar a estrutura e a dinâmica demográfica brasileira no século XIX, escrito por Marcos Rodarte, Marcelo Godoy e Clotilde Paiva, reconhecidos especialistas no tema. É um capítulo diferente dos demais, com exceção dos capítulos sobre o tráfico e a urbanização, por apresentar, para além das referências, diversos dados para o Brasil e Minas Gerais durante o Império, extraídos de bibliografia e documentos como os censos de 1872 e 1900, e, no caso mineiro, de listas nominativas da década de 1830.

Antes de entrar propriamente nos dados, os autores fazem uma discussão metodológica, especialmente para não iniciados na área, considerando objetos e fontes de pesquisa em demografia histórica. Destaca-se aqui a produção e disponibilização de dados populacionais para o Brasil do século XIX

pelo Núcleo de História Econômica e Demográfica do Cedeplar, do qual os autores fazem parte, especialmente a versão corrigida do censo de 1872. Já no final do capítulo, há mapas indicando, entre 1832 e 1872, a distribuição da população no território, a taxa de crescimento da população livre e escravizada, e a proporção de escravizados na população.

A partir desses dados, e tantos outros apresentados no capítulo, difícil de resenhar, os autores mostram, em síntese, que nesses quarenta anos a população livre dobrou de tamanho no Brasil, enquanto o tamanho da população escravizada permaneceu praticamente inalterado, mesmo depois de decorridos mais de vinte anos da lei Eusébio de Queirós.

Concluem que o acentuado crescimento demográfico no Império foi acompanhado por um processo de exclusão vinculado à escravidão, vetor da expansão econômica e condicionante da estratificação social do período. Sobre as possibilidades de pesquisa, os autores veem com otimismo a disponibilização de novas bases de dados nacionais e a possibilidade de estudos comparativos da estrutura e dinâmica demográfica do Brasil com outros países.

O capítulo sobre o tráfico negreiro no século XIX, escrito por Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, segue a linha do anterior ao apresentar e analisar dados sobre o tráfico e as condições em que era realizado até meados do século, a partir de informações disponibilizadas pela plataforma colaborativa *Slave Voyages*.

Os autores começam comparando a chegada de africanos em diferentes regiões da América entre 1801 e 1870, e mostram que o Brasil foi, de longe, o maior receptor de escravizados no período. Gente que vinha principalmente da África central, seguida pelo Sudoeste do continente e pelo golfo de Benin. Entre 1795 e 1811, destaca-se a participação dos portos de Luanda e Benguela, em Angola, responsável por quase a totalidade dos escravizados trazidos para o Brasil no período, motivo pelo qual não surpreende a perda de participação relativa desse país nas décadas seguintes.

A partir do início da década de 1830, o comércio de escravizados tornou-se ilegal e reorganizou-se. Os autores passam, então, a detalhar o tráfico, especialmente as viagens nos navios negreiros, dedicando especial atenção às mortes de escravizados nesse transporte, registradas nos chamados 'livros da morte', mantidos pelos capitães dos navios em cada viagem. É curiosa a informação de que entre um terço e metade da tripulação dos navios negreiros portugueses que aportaram no Rio de Janeiro entre 1795 e 1820 era de escravizados.

Quando, em 1850, o tráfico foi efetivamente interrompido, o comércio de escravizados deslocou-se para municípios e províncias no compasso da expansão da economia cafeeira. No entanto, como advertem os autores, esse comércio interno não era uma novidade, tendo se mantido estável e generalizado mesmo no auge do tráfico atlântico. Os autores passam a se dedicar, então, ao comércio interprovincial de escravizados, elencando extensa bibliografia sobre o assunto. Terminam o capítulo indicando a pertinência de novas pesquisas sobre o impacto da lei de 1850 no julgamento de escravizados em busca de liberdade.

Renato Marcondes, Rita Almico e Walter Pereira, todos com vasta experiência na pesquisa sobre o crédito, analisam a historiografia sobre o assunto no Brasil imperial. O maior mérito do capítulo é chamar a atenção para os estudos sobre o crédito exercido por particulares, isto é, o crédito informal ou não institucional, muito relevante em todo o período analisado, especialmente na primeira metade do século XIX.

Os autores começam o capítulo com informações gerais sobre o crédito, como sua definição, as condições em que acontece, a necessidade do crédito, seu preço e o seu prazo, assim como o problema informacional e as garantias. Ressalte-se que, numa sociedade escravista como a brasileira à época, os escravizados eram usados como garantias de empréstimos, uso que só perdeu força com a perspectiva da abolição. De resto, os autores fazem uma competente revisão da vasta literatura existente sobre o tema, recortando o século XIX em três partes, rumando do crédito informal para o crédito mais formalizado ao final do período.

Na colônia, o crédito era predominantemente informal, realizado entre particulares e por instituições como montepios, casas de penhor e caixas econômicas, a primeira delas fundada ainda em 1831, no Rio de Janeiro, estudada por Luiz Fernando Saraiva e Thiago Oliveira. Também merece atenção o primeiro Banco do Brasil, criado em 1808 e liquidado vinte anos depois, e os bancos emissores regionais, fundados na década de 1840, cuja história é pouco conhecida e estudada, talvez pela dificuldade de se encontrar documentação sobre eles.

Entretanto, como mencionado, prevalecia à época o crédito pessoal, para o qual os autores indicam a importância de fontes como as correspondências, as ações de execução e escrituras de dívidas, e os inventários *post mortem*. Apontam diversos estudos sobre essa forma mais disseminada do crédito no início do XIX, inclusive sobre o crédito ‘de boca’, cujos vestígios

podem ser encontrados em inventários e ações de execução de dívidas, o fiado e o aviamento, este último mais comum na Amazônia. Essa parte do capítulo trata ainda dos estudos sobre a forma de acumular riquezas, por meio da análise da participação das dívidas na composição das fortunas, e do crédito fornecido pelos comissários de café. Os autores também chamam a atenção para a participação no crédito das camadas populares e escravizados, temas que demandam mais pesquisas.

Em meados do século, a atenção dos autores se voltou para os trabalhos sobre o processo de institucionalização do crédito no país, feita a ressalva de que, nessa altura, ainda prevalecia o crédito particular. Ganham espaço os estudos sobre o crédito hipotecário e o financiamento do tráfico negreiro, tema muito interessante analisado recentemente por Joseph Mulhern. Aparece, então, a discussão sobre o crédito e a moeda em torno da criação, em 1853, do segundo Banco do Brasil e do monopólio da emissão monetária. Indicam ainda estudos sobre outras instituições formais de crédito como as casas de penhor e as casas bancárias.

Apesar do avanço do crédito institucionalizado, boa parte da população sem acesso a bancos recorria ao crédito de casas bancárias e casas de penhor, especialmente no interior. O número de bancos cresceu nos últimos anos do Império, inclusive com a abertura de instituições estrangeiras – sobretudo inglesas, francesas e alemãs –, e o fomento à abertura de bancos hipotecários com a lei de 1875. Entretanto, destaca-se a expansão dos bancos comerciais, os mais numerosos ao final do período.

Em suma, a análise da historiografia mostra que, apesar do avanço, a oferta do crédito, particularmente dos bancos, ainda não era suficiente para atender adequadamente a demanda da agricultura, do país como um todo e, ainda menos, de uma economia que transitava do trabalho escravo para o livre. O crédito particular e informal, especialmente dos mais pobres e escravizados, aparece como um caminho promissor para futuras pesquisas.

Os transportes e, no século XIX, especialmente as ferrovias, foram importantes para o crescimento da economia e o desenvolvimento do capitalismo em diversos países ao contribuírem para a integração de mercados. Os transportes e a comunicação são os objetos do capítulo escrito por Paulo Cimó. O autor, também reconhecido especialista na área, produziu uma cuidadosa revisão da produção historiográfica dos últimos vinte anos sobre ferrovias, outros transportes terrestres, navegação e portos, além de correios, telégrafos e telefone, deixando de lado, propositalmente, por falta de espaço, os transportes urbanos.

O autor começa o capítulo com uma análise bibliométrica dessa produção em revistas especializadas e em dissertações e teses. Uma primeira conclusão da análise é a pequena presença de estudos sobre correios, telégrafos e telefone, indicando assim caminhos para pesquisas futuras. Em seguida, para surpresa do próprio autor, foram encontrados muitos estudos sobre navegação e portos, equilibrando-se com a quantidade de estudos sobre ferrovias, o que relativiza certa percepção de que estes últimos predominariam com folga na historiografia sobre transportes. Vale ressaltar o rigor na construção do capítulo evidenciado pelas notas metodológicas apresentadas ao final.

A revisão se inicia com os transportes terrestres não ferroviários e destaca os trabalhos sobre o transporte marítimo, que declinou a partir de 1870 com as ferrovias, e a abertura de estradas, como a União e Indústria, em 1861. Os estudos sobre navegação e portos privilegiam a navegação interior, a que liga o litoral a diversas regiões interioranas como Goiás, o sul de Minas e São Paulo. O capítulo passa também pelos estudos de caso de empresas de navegação e pela navegação de cabotagem. No caso dos portos, elenca trabalhos recentes produzidos a partir do estudo original de César Honorato. Na revisão dos trabalhos mais atuais sobre ferrovias, destaca-se a diversidade de estudos regionais, não exclusivamente de São Paulo e Rio de Janeiro, com a região Norte e a borracha; o abastecimento em Salvador; o café no Espírito Santo; e o café e o abastecimento em Minas.

Sobre as comunicações, evidenciam-se os trabalhos de Alcides Goularti Filho sobre correios e telefone em Santa Catarina. Aliás, Paulo Cimó termina o capítulo apontando novamente o desafio de se ampliar a pesquisa sobre as comunicações: correios, telégrafos e telefone.

O capítulo sobre as urbanizações brasileiras, de Fania Fridman, segue a linha dos capítulos sobre o tráfico e a demografia, uma vez que combina revisão historiográfica com uma recuperação da história da urbanização brasileira desde a colônia. Ao fazê-la, apresenta dados e resultados de uma pesquisa inédita para o século XIX, o que só reforça a importância do capítulo para o conjunto dos textos. Destacam-se os mapas e as tabelas resultantes dessa pesquisa que mostram a evolução das vilas e cidades do Império do início ao último quartel do Oitocentos.

Baseada nas espacialidades chamadas de ‘planejamento dos barões’ e ‘urbanismo imperial’, a autora analisa diferentes processos de urbanização em diversas províncias brasileiras, daí falar em “urbanizações do Império”, periodizando-as em dois intervalos de tempo: de 1808 a 1840 e de 1850 até o

final do Império. Um ponto fundamental do primeiro período foi a fundação de novas freguesias, vilas e cidades, segundo a autora, um indício da necessidade de fortalecer a unidade territorial do Império por meio da imposição de uma ‘ordem espacial’.

Esse projeto de colonização contou, de um lado, com o apoio da aristocracia e de proprietários, e de outro, com engenheiros e militares que planejavam as vilas e cidades. Nas palavras de Fania, uma estratégia de guerra contra a natureza, os índios e a desordem. A autora explora também a tentativa de povoar o território por meio de núcleos coloniais com imigrantes, a partir de 1815, no Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e no Sul do país. Trata mais detidamente das experiências da colônia do Saí, no Paraná, e da Vila Agrícola de Teresa Cristina, em Santa Catarina, ambas da década de 1840.

Na Regência, o Código de Processo Criminal e o Ato Adicional também foram medidas voltadas para a organização do espaço no momento em que, na esteira do café, o eixo da economia se deslocava para o Sudeste. Entretanto, duas leis vinculadas mais diretamente ao território foram a extinção do morgadio e a incorporação de aldeias de indígenas ao patrimônio nacional, como indica a autora, dois temas de interesse para a historiografia recente.

O Segundo Reinado significou a vitória conservadora e de seu projeto de centralização política e administrativa. Ainda antes de meados do XIX, a autora menciona a multiplicação dos quilombos, com seus zungús, nas beiradas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre. A urbanização da segunda metade do século XIX foi marcada pelos novos marcos legais da década de 1850 e pela expansão da economia cafeeira, na avaliação de Fania, vetor da ocupação espacial e determinante do processo de urbanização com escravidão, concentrado a população nas regiões Nordeste e Sudeste, onde se localizava o maior número de vilas e cidades. Para preencher o vazio populacional, houve iniciativas particulares e do Estado na formação de núcleos de povoamento de parceria, militares ou núcleos imperiais, além da subvenção da imigração.

População e cidades cresceram no período, transformando os vínculos entre o rural e o urbano. Nas cidades, apareceram os cortiços e as doenças. Nos anos finais do século, a expansão da indústria redefiniu o processo de urbanização: como aponta a autora, uma multidão de ‘gente estranha’, estrangeiros, escravos libertos e indígenas, pobres em geral, invadiram as cidades e uma nova organização espacial isolou os ricos, segregou as classes no espaço.

No final das contas, a conclusão é de que o processo de urbanização no Brasil se deu dentro dos limites das cidades mais importantes do Nordeste e

do Sudeste, enquanto em outras partes do país produziam-se apenas aglomerados de povoados, e não um efetivo processo de urbanização, daí a ‘urbanização de fachada’ que também remete ao título do capítulo: urbanizações brasileiras do século XIX.

Como anotado na discussão sobre a urbanização, o aparecimento das indústrias alterou a organização espacial das cidades no final do século. O capítulo de Leila Mourão propõe uma reflexão sobre a industrialização brasileira no XIX, enfatizando as especificidades da indústria em diferentes partes do país, portanto, a abordagem regional. É ainda importante considerar que, na reunião dos estudos sobre a indústria no Brasil do Oitocentos, a autora privilegia a perspectiva de análise da indústria, não abstraída da história, mas imersa no tempo e na sociedade, em processos históricos específicos, questão metodológica tratada no início do capítulo.

A revisão bibliográfica propriamente começa com trabalhos que trataram de modo específico da indústria. Entretanto, também são considerados estudos sobre assuntos correlatos, nos quais a questão industrial está imersa, como a regulação e o financiamento, as políticas governamentais de incentivo e a inovação, explorando neste último caso, trabalhos sobre as exposições internacionais e as instituições promotoras da indústria, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Finalmente, a autora considera a historiografia da indústria em diferentes províncias e setores. Trata do vínculo entre o açúcar e a indústria, primeiro, no Nordeste do século XVIII, depois, em São Paulo no século XIX. Ainda nesse século, aborda a interação entre o café, as máquinas de beneficiamento, cuja introdução se deu nos anos 1860, com despoldadores, estufas de secagem e secadores, e as ferrovias. Aparecem, então, trabalhos sobre a indústria têxtil em diversas províncias e os incentivos do governo à metalurgia, destacando-se a famosa Ponta d’Areia, de Mauá, que coloca a questão do trabalho escravo nesse setor. A autora fala ainda de estudos sobre o sal marinho no Nordeste, o charque e os frigoríficos nessa mesma região e no Sul, e a produção do mate no Sul, expressão de processos fabris e de industrialização em diversas províncias brasileiras no século XIX. No final do capítulo, há uma lista de questões que poderiam orientar novas pesquisas sobre o assunto.

À medida que o livro avança, a economia e a sociedade brasileiras se tornam mais complexas. A população aumenta, as cidades crescem, os negócios se diversificam. A perspectiva da abolição impôs a necessidade de substituir o trabalho escravo pelo livre, em suas diferentes formas, e essa se tornou uma

das questões mais importantes para a historiografia econômica do país entre as décadas de 1940 e 1990, de acordo com os autores do capítulo sobre a transição do trabalho escravo para o livre, Luiz Fernando Saraiva e Sílvio Humberto dos Passos Cunha. Sem dúvida, este é um tema fundamental para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de seu atraso.

A primeira parte do capítulo trata do conceito de transição do trabalho escravo para o livre em clássicos como Sérgio Buarque, Caio Prado e Celso Furtado, pois os autores buscaram estabelecer uma metodologia para selecionar a historiografia sobre o assunto. Ela é apresentada na segunda parte e definida como múltipla, no sentido de enfatizar diferentes transições experimentadas por diversas regiões como Minas, Espírito Santo e a região Nordeste. Na avaliação dos autores, esses estudos serviram para apontar lacunas nas interpretações clássicas e mostrar a diversidade de experiências de transição pelas quais passou o país e, portanto, questionar uma visão simplificada do processo.

Vale ressaltar o esforço de organização dessa ampla historiografia ao lado da indicação de novas fontes e possibilidades de pesquisa sobre o tema. Entretanto, o caráter mais inovador da análise está na afirmação da centralidade da questão racial na transição, aspecto ausente na historiografia. Ao refletirem sobre as causas dessa lamentável ausência, lançam três hipóteses para explicá-la: o economicismo; o foco em processos sociais e não na reconstituição dos fatos históricos; e a crença de que a raça não seria uma questão num país miscigenado como o Brasil. Em síntese, apontam com maestria e didatismo os embates e ausências por trás dos debates sobre a transição.

Se a questão racial aparece com vigor no capítulo sobre a transição, o último capítulo do volume trata de gênero, das mulheres no Império, senhoras, escravizadas libertas e pobres, escrito por Hildete Pereira de Melo e Miridan Falci. As autoras procuraram recuperar fragmentos da história das mulheres no Império. Fragmentos porque o espaço a elas dedicado na história, por historiadores, muitas vezes se restringiu ao âmbito doméstico, apagando sua participação como sujeito ativo nos processos históricos. Por isso, segundo as autoras, somente um olhar de gênero seria capaz de reescrever o papel das mulheres na história.

Como argumentam as autoras, o período imperial não foi generoso com as mulheres, pois não significou qualquer avanço em relação à afirmação de seus direitos, a não ser o direito a uma educação precária e assim mesmo restrita às mulheres brancas. Também neste capítulo o recorte racial é utilizado

para mostrar a marginalização ainda maior das mulheres negras e indígenas. A partir disso, as autoras constroem um ensaio sobre fragmentos de vidas de mulheres brancas e iletradas, mulheres nobres e poderosas muitas vezes consideradas histéricas ou loucas, mulheres negras alforriadas e amas de leite; e aproveitam para levantar uma crítica sobre o pouco que se sabe sobre as mulheres indígenas. O ensaio termina com a luta pela educação feminina e sua participação em movimentos contra a escravidão e pela afirmação de seus direitos.

Este capítulo é muito especial no conjunto dos textos, não só por recuperar um tema de extrema relevância social, dadas as desigualdades existentes nas relações de gênero, mas também por atualizar e estimular a pesquisa sobre o tema no compasso das preocupações contemporâneas, aliás, mérito também dos organizadores do volume por oferecerem espaço para essa discussão. É, enfim, um capítulo muito atual e abre um vasto campo para uma renovação dos estudos sobre a economia e a sociedade no Brasil imperial.

Mapa e bússola

Neste longo percurso sobre a história e a historiografia do Império, ao mesmo tempo instrutivo e prazeroso, o leitor é conduzido nos meandros de cada capítulo por renomados especialistas em suas áreas de pesquisa e entra em contato com as principais obras, debates e lacunas sobre a história econômica do Oitocentos.

Este volume, sem dúvida, renova o espírito de seu congênere da coleção anterior e atualiza o leitor na produção acadêmica mais recente. Além de informar, abre portas para novas pesquisas ao indicar caminhos a serem trilhados, portanto, ajuda a definir rumos para a construção de conhecimento novo. Por isso este livro pode ser visto como um mapa e uma bússola, fundamental para quem aprecia e trabalha com a história econômica do Império brasileiro.